



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO N.º 1.021, DE 2026

(Da Sra. Renata Abreu)

Sugere a demolição da antiga estrutura ferroviária conhecida como "Ponte do Esqueleto", localizada entre os municípios de Limeira (SP) e Cordeirópolis (SP), sob responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União, vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em razão da ausência de fiscalização e do grave risco à segurança pública.

DESPACHO:

PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE E, APÓS, ARQUIVE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INDICAÇÃO Nº , DE 2026
(Da Sra. Renata Abreu)

Sugere a demolição da antiga estrutura ferroviária conhecida como "Ponte do Esqueleto", localizada entre os municípios de Limeira (SP) e Cordeirópolis (SP), sob responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União, vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em razão da ausência de fiscalização e do grave risco à segurança pública.

Senhora Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos,

A estrutura de uma antiga linha ferroviária que interliga os municípios de Limeira e Cordeirópolis, no Estado de São Paulo — popularmente denominada "Ponte do Esqueleto" —, encontra-se completamente desativada há cerca de 30 anos. Por integrar o patrimônio da União e estar sob a tutela da Secretaria do Patrimônio da União, compete a este Ministério a responsabilidade direta pela vigilância, manutenção ou destinação final do local.

Atualmente, a referida área padece de uma absoluta falta de fiscalização por parte dos órgãos federais competentes. Essa vulnerabilidade transformou o local em um ponto de encontro informal para a prática de atividades de alto risco, como o *rope jump*, sem qualquer tipo de regulamentação, vistoria técnica, autorização ou estrutura de socorro emergencial.

Infelizmente, a ausência de intervenção estatal culminou na recente e trágica morte da jovem Maria Eduarda Rodrigues de Freitas, vítima de um acidente fatal durante um salto na localidade. O clamor público e a indignação





CÂMARA DOS DEPUTADOS

social diante dessa perda evidenciam que a permanência da estrutura abandonada funciona como um permanente atrativo para novas tragédias.

Ocorre que este não é um fato isolado. A referida estrutura acumula um gravíssimo histórico recente de acidentes:

- **Em abril de 2024:** uma ciclista perdeu a vida após cair da ponte durante um passeio. O episódio motivou a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a solicitar uma interdição temporária do local, a qual foi posteriormente flexibilizada.
- **Em agosto de 2025:** duas mulheres ficaram gravemente feridas em outro acidente ocorrido na mesma área.

Fica evidente que as tentativas de bloqueio parcial ou sinalização se mostraram totalmente ineficazes ao longo dos anos, uma vez que o acesso físico à estrutura continua desimpedidamente aberto ao público.

Sugerimos que, dentro das atribuições e da capacidade operacional deste Ministério, proceda-se à **demolição definitiva** da antiga ponte ferroviária. Acreditamos que a eliminação física da estrutura desativada é a única medida verdadeiramente eficaz para extinguir o perigo iminente e, fundamentalmente, preservar vidas humanas.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2026.

Deputada Renata Abreu

PODE/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Da Sra. Renata Abreu)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo que a Senhora Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos adote medidas para demolir a antiga estrutura ferroviária conhecida como "Ponte do Esqueleto", localizada entre os municípios de Limeira (SP) e Cordeirópolis (SP).

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Exª. que seja encaminhada ao Poder Executivo, a presente Indicação à Senhora Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, sugerindo a demolição da antiga estrutura ferroviária conhecida como "Ponte do Esqueleto", localizada entre os municípios de Limeira (SP) e Cordeirópolis (SP), sob responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União, em razão da ausência de fiscalização e do grave risco à segurança pública.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2026.

Deputada Renata Abreu
PODE/SP



FIM DO DOCUMENTO